

# Governo desarticulado

No final da noite de quarta-feira, influenciados por uma frase enigmática do líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto — “será que não era isso mesmo o que nós queríamos?” —, alguns parlamentares começaram a aventar a hipótese de que a derrota da Medida Provisória 296 no Congresso no início daquela noite tinha sido um lance “maquiavélico” do governo. Percebendo que errara ao apresentar sua proposta de aumento diferenciado para o funcionalismo federal, que discriminava algumas categorias de servidores, e sem condições financeiras de bancar um acordo que ele mesmo havia proposto às oposições para corrigir essas distorções, o Palácio do Planalto teria ordenado a retirada de sua proposta conciliatória para provocar a confusão. Com isso, irritados, a oposição e muitos governistas votaram contra a medida e o governo economizou alguns bilhões e ganhou tempo para corrigir o projeto original.

Pode ser! Mas o placar foi tão acachapante — 329 contra 111, quase três votos contra por um a favor — que é difícil acreditar na montagem de uma manobra tão perfeita por um governo que não se tem revelado eficiente nas negociações com o legislativo. De qualquer forma, qualquer que tenha sido a razão que determinou a derrubada da MP 296, o que aconteceu em Brasília na quarta-feira é uma demonstração de que o governo, tanto interna quanto externamente, está completamente desarticulado. Está politicamente desarvorado.

É evidente que, quando apresentou a medida provisória, o governo pensava, exatamente, em dar aumentos para alguns servidores e não para outros. Não se pode admitir a hipótese de que o redator da proposta tenha simplesmente esquecido de incluir 150 mil servidores na lista de aumentos e ninguém tenha notado, nem o ministro da Economia, nem o presidente da República e seus assessores diretos. Mas tão logo apareceram as

reações à MP — pressões dos servidores, críticas no Congresso, ações na Justiça —, parte do governo passou a vacilar e a admitir alterações no texto original. Essas alterações foram discutidas com parlamentares, e o líder Humberto Souto, na manhã de quarta-feira, chegou a apresentar uma proposta de acordo. Pergunta-se: se o governo reconhecia as falhas da sua MP, por que não fez um projeto diferente incorporando logo todas as correções? O ministro Passarinho falava em atender os excluídos — exclusão considerada por muitos inconstitucional —, enquanto o Ministério da Economia defendia o projeto original. E o Palácio do Planalto, estava com quem? Divergências internas no governo são normais, é bom que o governo escute e aceite ponderações da sociedade e do Legislativo, mas é inadmissível a ausência de uma unidade de comando, de alguém que diga a palavra final. Foi o que faltou nesse caso e tem faltado em várias ocasiões.

O outro problema que a derrota da MP expôs com nitidez foi a completa fragilidade da base de sustentação do governo no Congresso Nacional. Enquanto os partidos de oposição votaram praticamente unidos contra a medida, as forças do governo se dividiram. Seus líderes simplesmente não conseguiram fazer suas bancadas votarem em peso de acordo com a orientação oficial. É certo que Collor tem uma bancada marcadamente fisiológica, que vota quase sempre movida a favores, mas é evidente que está faltando por parte do Palácio do Planalto, do próprio presidente da República, um trabalho mais corpo a corpo, de convencimento dos parlamentares. Não se tem notícia de nenhum empenho mais decidido do presidente Collor para angariar votos para a MP ou outras propostas do governo.

Collor precisa agir, fazer política com p maiúsculo, senão vai ser difícil conseguir tudo aquilo que depende de nós, como ele disse em sua visita aos Estados Unidos.